



Informativo do Seminário
A Caixa Que a Gente Quer
Setembro/2014

O Brasil precisa da Caixa

Após a ameaça de privatização, o banco foi fortalecido e se tornou essencial para o Brasil. Desafio é mantê-lo público e com relevante papel social

A Caixa que todos os brasileiros querem



É impossível imaginar o Brasil sem a Caixa Econômica Federal.

O banco se tornou, do início dos anos 2000 para cá, um parceiro fundamental do Estado na execução de políticas públicas e no desenvolvimento econômico e social do país. Ao longo da sua história de mais de 150 anos, a Caixa sempre teve papel relevante, embora tenha passado por momentos difíceis, em que foi, propositalmente, enfraquecida, época em que estava sob a mira da guilhotina da privatização.

Essa ameaça ficou para trás, mas pode voltar, caso não haja compromisso claro com o futuro da instituição. Os números mostram que os tempos são outros. O lucro líquido, por exemplo, foi de R\$ 6,7 bilhões no ano passado, 235% a mais que em 2002. Mas o fortalecimento da Caixa não se resume, felizmente, a lucros e receitas. Em 2013, as operações de crédito alcançaram R\$ 494,2 bilhões. Só em financiamentos habitacionais foram R\$ 270,4 bilhões, alta de 900% em 11 anos, o que possibilitou que milhões de brasileiros realizassem o sonho da casa própria.

Os avanços só foram possíveis, porém, graças à nova política de pessoal do banco, que passou a valorizar mais a importância dos empregados. Entre 2003 e 2014, merecem destaque a ampliação do número de efetivos - foram mais de 40 mil novas vagas, os aumentos salariais sempre acima da inflação e a reconquista de direitos retirados em anos anteriores. Mas o aumento de 93% na quantidade de unidades, nesse mesmo período, fez o incremento de empregados ser insuficiente para reduzir a sobrecarga de trabalho.

Ainda há no que avançar. Além de modernizar a relação com os empregados, é necessário que a Caixa se esforce no sentido de remover esqueletos como a flexibilização da jornada, a terceirização, o assédio moral e as metas abusivas. Isso só vai ocorrer, no entanto, com a mobilização e a união da categoria e das entidades que a representam. Foi assim que as conquistas vieram até hoje, estratégia que precisa ser mantida.

Também é essencial que os trabalhadores e a sociedade compreendam que o Brasil precisa de uma Caixa Econômica Federal forte e sintonizada com as necessidades da população. Mais do que isso, que o banco deve continuar sendo parceiro estratégico, muitas vezes com protagonismo, de um projeto que visa o crescimento econômico aliado à redução das desigualdades. Essa é a Caixa que a gente quer! Porque esse é o Brasil que todos desejamos!

Editorial	2
Terceirização	3
Independência do BC	6
Fortalecimento da Caixa	8
Política de Pessoal	12



Luta contra a terceirização é prioridade da **categoria bancária**

Na Caixa, o fim do trabalho precarizado e o da parceria com os correspondentes bancário e habitacional são vitais para melhorar a qualidade do atendimento. No setor financeiro, a inclusão bancária é uma luta prioritária

A defesa da Caixa Econômica Federal, com condições dignas de trabalho e valorização de seus empregados, passa pela eliminação da mão de obra terceirizada nas áreas de atividade-fim, a principal da empresa, e pela universalização dos serviços bancários. O preenchimento da carência de vagas nas agências do banco deve ocorrer por meio de concurso público, única maneira de assegurar tratamento adequado para todos os trabalhadores.

Sob qualquer aspecto, a terceirização é nociva às relações de trabalho no Brasil. De acordo com estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), elaborado em 2011, o trabalhador terceirizado

fica 2,6 anos a menos no emprego, tem uma jornada de três horas a mais semanalmente e ganha 27% a menos. O levantamento revela ainda que a cada 10 acidentes de trabalho, oito ocorrem entre terceirizados. Estima-se que o Brasil tenha 10 milhões de terceirizados, o equivalente a 30% dos 33,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada no país.

Para superar o drama dessa situação, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) defende que

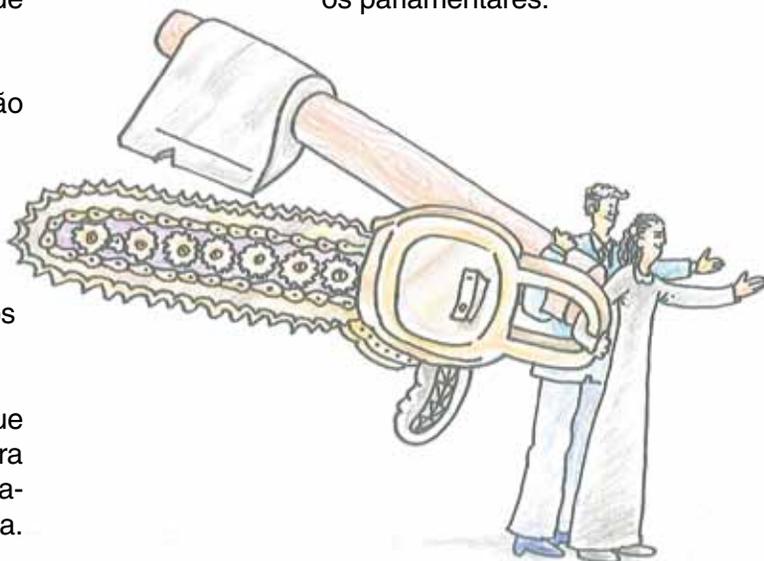


todas as instituições públicas resgatem o compromisso da preservação das conquistas sociais, eliminando toda e qualquer forma de trabalho precarizado, em especial a terceirização. Na linha de frente dessa luta está o imediato arquivamento do Projeto de Lei nº 4.330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB/GO), que tramita há 10 anos no Congresso Nacional.

O PL 4.330 abre as portas para a terceirização ao permitir a contratação de empresas prestadoras de serviços em todas as atividades econômicas no Brasil. Isto significa, na prática, que trabalhadores registrados poderão ser substituídos por empresas que se utilizam de mão de obra precarizada, com direitos reduzidos e salários rebaixados.

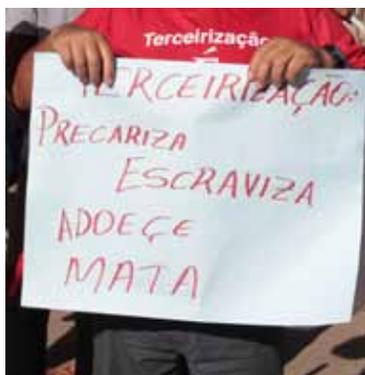
Outro agravante: o projeto praticamente extingue a responsabilidade solidária, ou seja, a tomadora de serviços não precisará quitar obrigações trabalhistas caso não sejam cumpridas pela terceirada.

Atualmente, a medida tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, estando a votação temporariamente suspensa. Para evitar retrocessos de última hora, a CUT conclama o movimento sindical a intensificar a pressão sobre os parlamentares.



Situação difícil no setor bancário, com avanços na Caixa

No setor bancário, a terceirização provoca redução do emprego formal, ao mesmo tempo em que resulta em aumento da rotatividade. O modelo de elitização do atendimento bancário, que tem empurrado clientes de baixa renda para os correspondentes, é contestado pelo presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Jair Pedro Ferreira. Ele lembra que a inclusão bancária e a convocação de uma conferência nacional sobre o sistema financeiro são duas reivindicações centrais da categoria bancária na campanha salarial 2014, aprovadas na 16ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada no fim de julho, em Atibaia (SP).



Na Caixa, a situação já foi muito pior. A luta dos empregados forçou o banco a se comprometer, em 2004, com a eliminação da mão de obra terceirizada nas áreas fins, à época estimada em 28 mil trabalhadores. Naquele ano, a Caixa foi obrigada a firmar com o Ministério Público do Trabalho um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelo qual a terceirização seria totalmente eliminada até o fim de 2007. Passado esse período, a empresa ainda

conta com mais de 40 mil terceirizados.

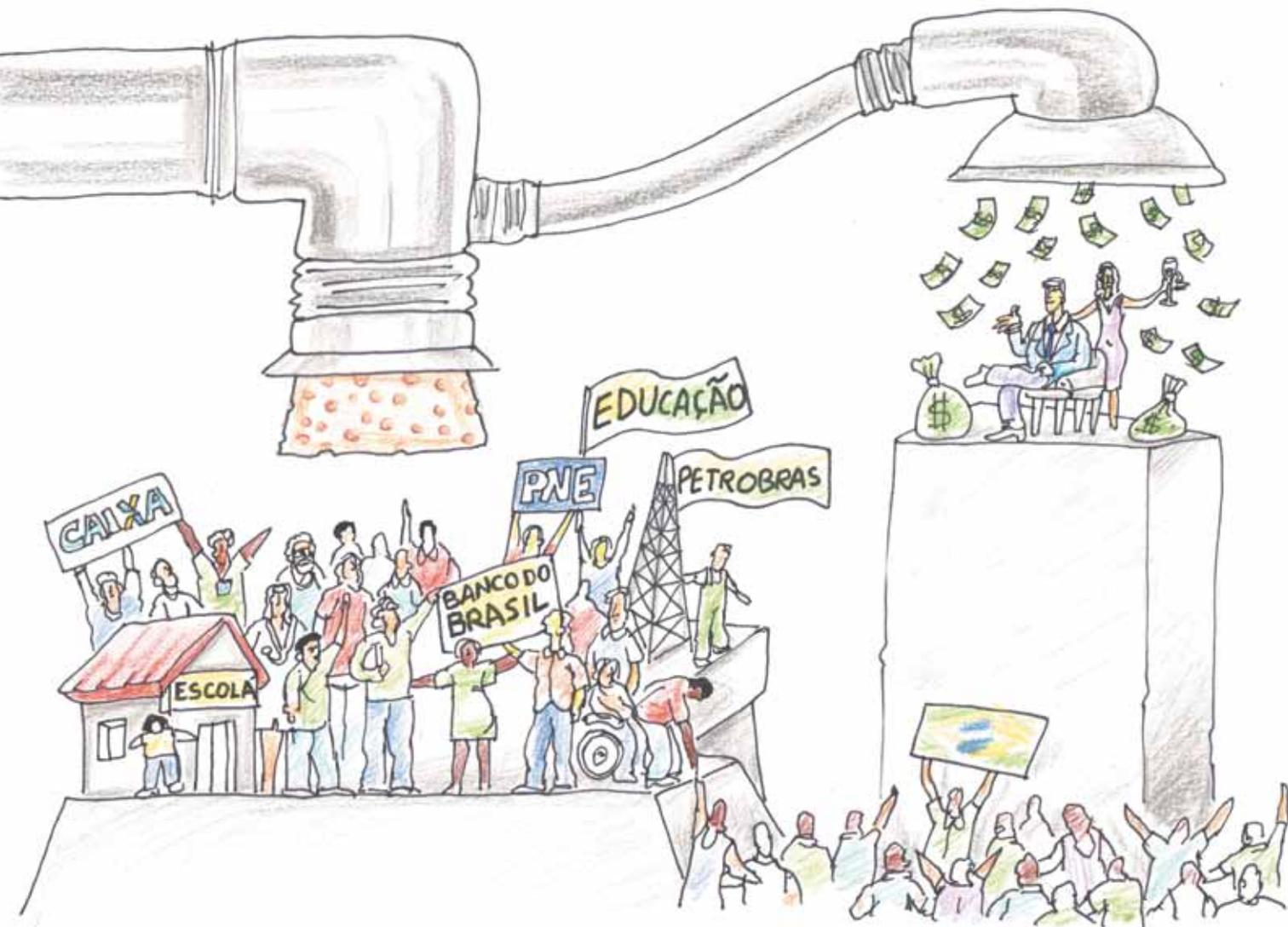
Novas pressões do movimento nacional dos empregados asseguraram a assinatura de novo TAC em junho de 2008, com a Caixa comprometendo-se a acabar com a terceirização em atividade-fim até junho de 2009. A vitória no combate à terceirização foi relevante, sendo em parte mitigada pelo crescimento dos correspondentes.

A empresa, hoje, conta com 100 mil empregados, quase 45 mil a mais em relação a 12 anos atrás, contratações em substituição aos terceirizados, uma justa reivindicação do movimento dos empregados. Isto leva a que a Caixa assuma a missão de contribuir com o salto de desenvolvimento econômico e social de que o Brasil tanto precisa.

A coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/ Caixa), Fabiana Matheus, que também é diretora de Administração e Finanças da Fenae, considera fundamental a suspensão das resoluções do Banco Central que ampliam a atuação dos correspondentes, violando a Constituição Federal ao legislar em substituição ao Congresso Nacional. Ela manifesta apoio à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 214/2011, do deputado federal Ricardo Berzoini (PT/SP), que suspende as resoluções do BC.

A expansão pelos bancos da interposição fraudulenta de mão de obra tem sido promovida pelos chamados correspondentes bancários, como casas lotéricas e banco postal. **“Estão delegando o atendimento a terceiros que não possuem condições mínimas de exercer tal tarefa e que não têm os mesmos direitos dos bancários”**, afirma a diretora de Comunicação e Imprensa da Fenae, Natascha Brayner. Ela acrescenta: **“Na condição de banco público e de maior agente na execução das políticas governamentais, a Caixa não pode eximir-se de sua responsabilidade social. A empresa precisa reverter essa situação com a urgência que o momento requer, para que o impacto na organização do trabalho e nas condições de vida e saúde dos trabalhadores seja o menos danoso possível”**.





Independência do Banco Central: Golpe tecnocrata

Fernando Nogueira

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, responsabilidade a ser assumida por ele próprio. Essa menoridade é definida por *Immanuel Kant* (1724-1804), filósofo alemão, como a incapacidade do homem de fazer uso do seu próprio entendimento. Isso se deve ao fato dele não ousar pensar. A covardia ou a preguiça mental são duas causas que levam os homens a essa recusa.

Um outro motivo é o comodismo parasita: é bastante cômodo permanecer na “**área de conforto**”. Não é cômodo que existam pessoas “bem preparadas” (sic) que pensem e façam tudo, tomando decisões em nosso lugar?

Os eleitores, enquanto permanecerem nessa menoridade, serão incapazes de tomar as próprias decisões. A conquista de direitos civis abriu

espaço não só de votar na escolha de representantes políticos e de projetos socioeconômicos para o país. Abriu também o caminho para a autonomia da sociedade.

Autônomo, etimologicamente, refere-se a **“aquele que estabelece suas próprias leis”**. Será que os eleitores têm a capacidade e, principalmente, a vontade de autogovernar-se? Será que querem, verdadeiramente, ser senhores de si mesmos?

Um dos problemas do país, que se acentua com a campanha contra os políticos (ou a favor da despolitização), é a crescente rejeição de cidadãos a entrar na vida pública ou mesmo a acompanhá-la. Essa alienação se chama de idiotice no sentido que os antigos gregos emprestavam ao termo. Ser idiota, em sentido contemporâneo, significa transferir para outras pessoas (“competentes”) um direito, não tendo consciência do mal que faz a si próprio ou aos outros cidadãos.

A defesa da independência do Banco Central do Brasil é um oportunismo eleitoreiro que se aproveita da **“só negação”** da política. O verdadeiro objetivo dos assessores econômicos que fazem a cabeça para uma candidata defender o anacronismo dessa independência é criar um Quarto Poder, o Tecocrata, não eleito. Seus colegas de pensamento econômico ultraliberal seriam os agraciados para o dominar.

Tecnocracia é um sistema de organização política e social fundado na supremacia dos técnicos. Significa a transferência de poder para pessoas de formação especializada sob o pressuposto equivocado de que os recursos da Nação seriam organizados e manipulados por essas pessoas **“tecnicamente competentes”** para o bem comum, em vez de serem deixados sob controle de interesses privados para benefício próprio.

Na verdade, a independência do Banco Central visa traçar uma separação institucional entre os tecnocratas, que decidiriam sobre a riqueza financeira quando fixassem juro sem nenhuma prestação de contas, e tanto os que aprovam os gastos públicos (o Poder Legislativo) quanto os que executam o orçamento geral da União (o Poder Executivo). Em última análise, é uma manobra ardilosa – controle das ideias econômicas da candidata que tem votos por outras razões –, visando a tomada do poder por técnicos ultraliberais. Essa armação política lograria deter o poder supremo de comando das finanças públicas sem o voto consciente do eleitor!

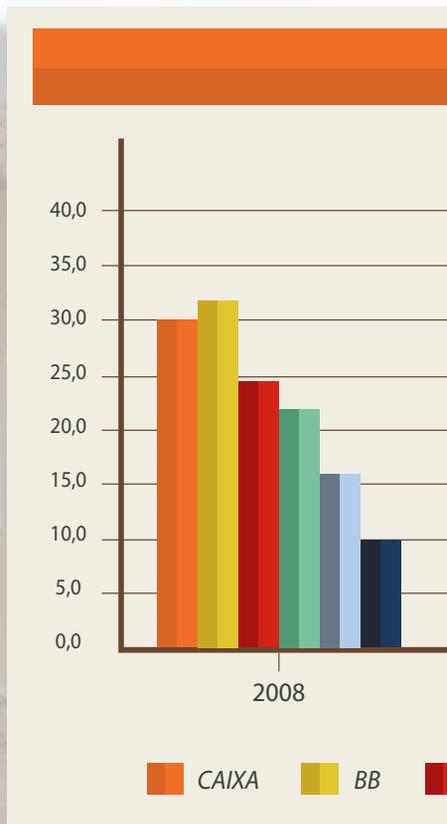


Desafios para um banco comprometido com um país

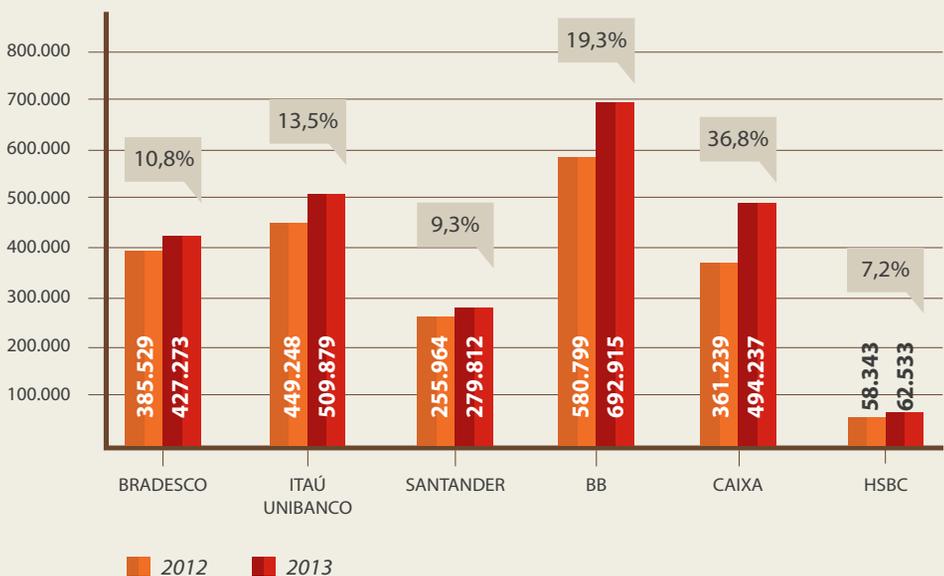
Banco se tornou, na última década, um dos pilares na execução de políticas públicas. Isso ocorreu depois de um período de enfraquecimento da empresa, fruto de um modelo de Estado privatista

No Brasil e na Caixa Econômica Federal, os tempos são outros. Movem-se no ritmo da execução das políticas públicas e do compromisso com o desenvolvimento sustentável. No banco, em particular, muita coisa mudou entre 2003 e 2014, levando a que as condições sob as quais a empresa vem atuando nestes últimos 12 anos sejam diferentes do período em que estava sob a mira da guilhotina da privatização.

Apesar das dificuldades, que não são poucas, a Caixa foi reerguida e conseguiu retomar sua missão histórica, passando a atuar, nos últimos anos, na perspectiva de aliar o mercado com a democracia social. A defesa deste patrimônio da população brasileira é vista como vital pelo presidente da Fenaes, Jair Pedro Ferreira.



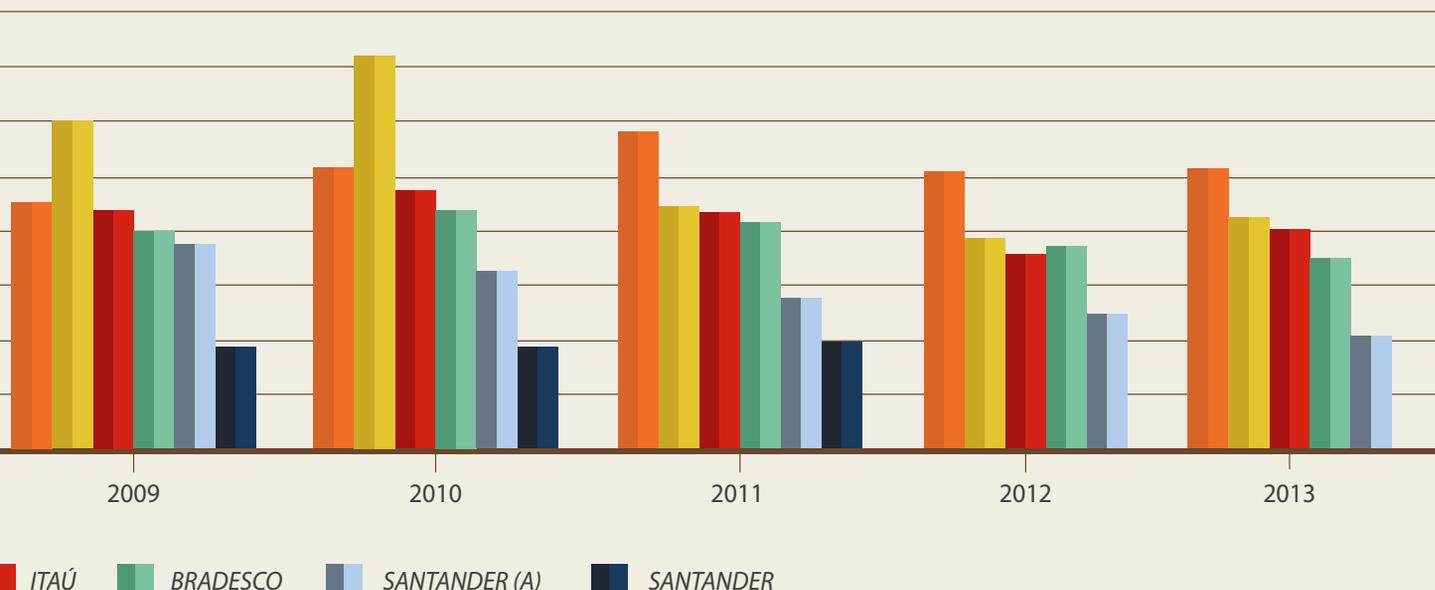
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
(EM BILHÕES DE REAIS NA DATA INDICADA)



Ele defende o aprofundamento da política de mudanças positivas para o Brasil e para a Caixa. Para isso, segundo ele, é preciso colocar-se de pé. **“Precisamos de uma empresa cada vez mais forte, ampliando a política de contratações e se estruturando, cada vez mais, como parceira estratégica do Estado brasileiro na execução de políticas públicas vitais para o país”**, afirma.

ma Caixa forte e Brasil cada vez melhor

RENTABILIDADE SOBRE O PL (EM %)



Evolução financeira reafirma papel social

No seminário “A Caixa que a Gente Quer”, realizado em Brasília no início de setembro e que reuniu representantes das Associações de Pessoal da Caixa (Apcefs) e de entidades do movimento organizado dos empregados do banco, sob a coordenação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a evolução da empresa nos últimos 12 anos foi ressaltada.

Entre 2002 e 2014, os números financeiros e econômicos revelam que o lucro líquido cresceu

235%, passando de R\$ 2 bilhões para R\$ 6,7 bilhões. Como resultado do fortalecimento da Caixa como banco público e com forte papel social, as operações de crédito alcançaram R\$ 494,2 bilhões no ano passado, alta de 36,8% na comparação apenas com 2012.

Esse crescimento, porém, não foi registrado apenas no segmento de lucros e receitas, mas também em relação a investimentos em áreas como habitação, infraestrutura e saneamento básico. Merece destaque o saldo das operações de financiamento habitacional. Em 2002, foram R\$ 26,9 bilhões. Em 2009, os recursos chegaram a R\$ 89,1 bilhões. Total que alcançou R\$ 171,3 bilhões em 2011, R\$ 218 bilhões em 2012 e R\$

270,4 bilhões no ano passado. No período, a alta foi de 900%. E foi graças a esse incremento que milhões de famílias brasileiras realizaram o sonho da casa própria.

A compatibilização do papel social com a atuação comercial da Caixa passa, necessariamente, por um quadro de empregados mais valorizado e qualificado. O conhecimento técnico dos trabalhadores, somado à estrutura capilar do banco, será imprescindível para que a Caixa implante um projeto sintonizado com as demandas sociais do país.

A coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), Fabiana Matheus, lembra que **“ainda há muito no que avançar”**. No entanto, segundo ela, não se pode negar os avanços dos últimos anos. **“Basta citar a pauta isonomia. Desde 2003, reconquistamos vários direitos que foram suprimidos com a política privatista aplicada à empresa em anos anteriores”**, lembra.

Fabiana Matheus afirma que, para os próximos anos, o maior desafio é seguir no caminho de resgate do papel da Caixa como agente



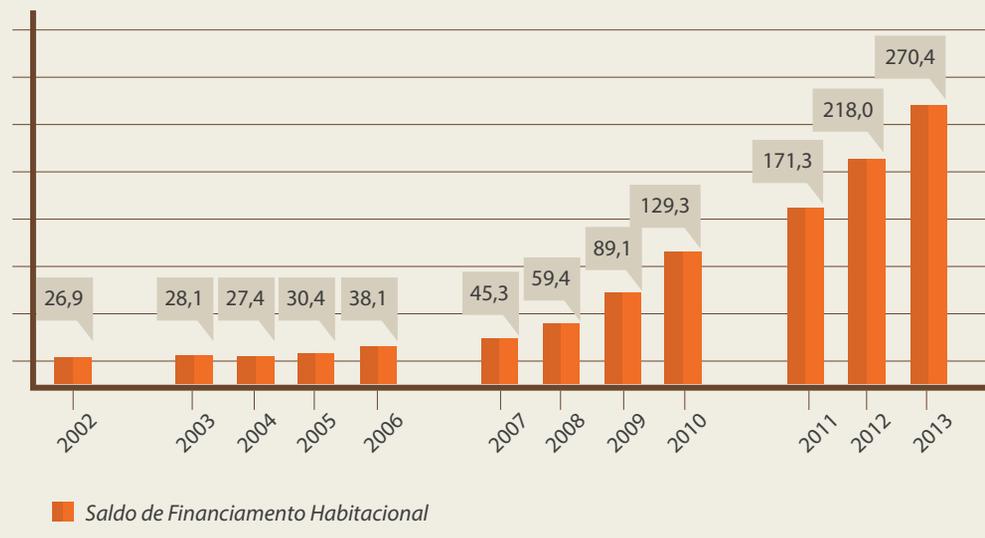
de políticas públicas e banco indutor do desenvolvimento econômico e social. E acrescenta: **“Isso requer novas concepções e práticas que sejam igualmente transformadoras no plano interno, notadamente no que se refere à democratização da gestão e à reorientação da política de recursos humanos”**.

Atualmente, o banco tem 100 mil empregados, marca atingida na segunda semana de setembro. No entanto, se antes o banco possuía 55.778 efetivos (2002), agora a política de contratação precisa acompanhar o ritmo de abertura de agências Brasil a fora, para compatibilizar-se assim com o aumento da demanda e do volume de operações.

Nos últimos 12 anos, o número de unidades da Caixa cresceu 92,7%, passando de 2.082 para 4.012. Já o de empregados, também de 2002 a 2013, teve incremento de 76%.

Na opinião de Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Fenae, **“a Caixa precisa continuar crescendo para cumprir seu papel de banco público e de aliado da política de inclusão social em larga escala no país, alterando seu atual modelo de gestão para superar as limitações ainda existentes, do ponto de vista da inovação e da democratização”**.

SALDO DAS OPERAÇÕES DE FH
(EM BILHÕES DE REAIS - VALORES CORRIGIDOS A DEZEMBRO DE 2013)



Brasil e Caixa: manutenção do caminho de mudanças

O caminho de mudanças por que passa a empresa, patrimônio do povo brasileiro, precisa ser mantido e aprofundado, para garantir um crescimento sólido e sustentável nas próximas décadas. Na Caixa, por exemplo, as discriminações e injustiças da política de recursos humanos vigente em momentos anteriores, que tinham um enfoque privatista, provocaram a existência de empregados em situações diferenciadas.

Isto atingiu os trabalhadores contratados após o ano de 1998, que foram excluídos de uma série de direitos concedidos aos demais bancários. Alguns benefícios foram reconquistados para os novos empregados, graças a mobilizações e greves e também devido às mudanças de paradigma na gestão do banco, que passou a ser visto pelo Estado brasileiro como importante instrumento para o desenvolvimento econômico e social do país. Outros direitos, como o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a licença-prêmio, continuam sendo negados, causando indignação sempre crescente.



A quebra da isonomia atinge ainda os aposentados. Muitos seguem excluídos do direito ao tíquete-alimentação, uma conquista do movimento dos empregados que remonta a 1975 e que vigorou até 1995. Esse direito

foi restabelecido parcialmente em 2005, apenas para quem havia se aposentado até a data em que fora suprimido. Nesse particular, a reavindicação é de pagamento do tíquete para todos os aposentados e em forma de benefício continuado.

O Brasil precisa da Caixa

Além do desafio de modernizar a relação com os empregados, para superação dos problemas decorrentes das dificuldades do momento, é necessário que a direção da Caixa se volte também para a remoção de esqueletos como a flexibilização da jornada, a segmentação e a terceirização de serviços e o aumento do assédio moral e das metas fora da realidade.

Outro caso é o do Complemento Temporário Variável de Ajuste ao Mercado (CTVA), criado nos anos de 1990 e que agora impacta fortemente os planos de benefícios da Funcef, por ter sido excluído da base de contribuição ao fundo de pensão dos empregados da Caixa. Essa conjunção de fatores, sem dúvida, leva à deterioração das condições de trabalho e da qualidade de vida dos empregados, provocando frequentes adoecimentos físicos e mentais.

A partir do ano de 2003, além de reconquistar direitos, a categoria também teve aumentos salariais acima da inflação. Após a análise dos dados e muito debate, o seminário **“A Caixa que a Gente Quer”** concluiu que o país precisa avançar, mas isso só será possível sob a batuta de um governo que valorize a importância dos bancos públicos, sobretudo da Caixa. O desafio posto é o de a empresa seguir forte e comprometida com um Brasil melhor para toda a população.





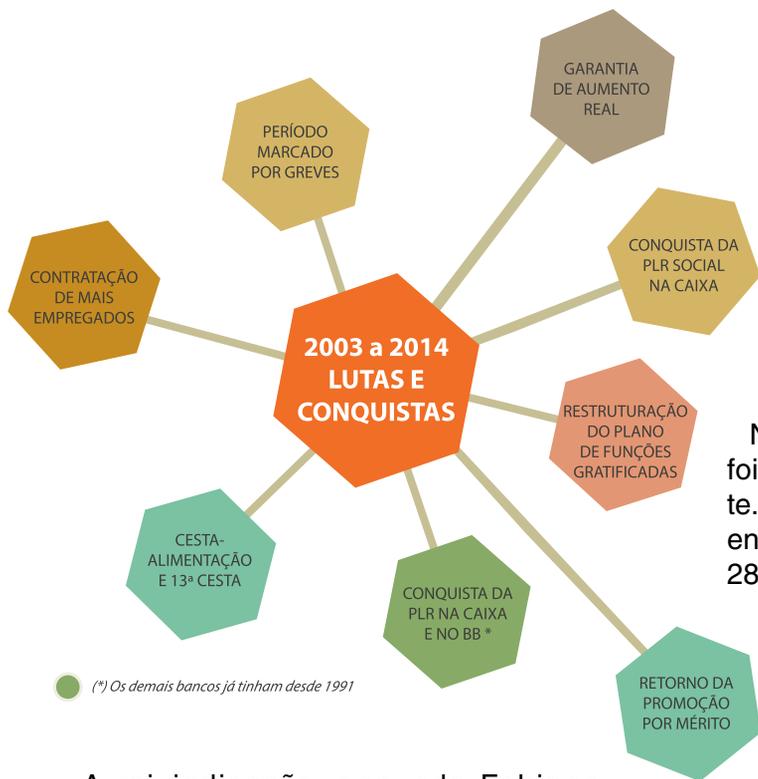
Conquistas para os empregados da Caixa **precisam continuar**

Ainda há no que avançar, mas os últimos anos foram marcados por significativas melhorias para a categoria. Entre elas, os aumentos salariais acima da inflação, o retorno de direitos e o fortalecimento das entidades representativas

Nos últimos anos, a Caixa Econômica Federal passou por profundas mudanças em sua política de gestão de pessoal. Os empregados, que até o início dos anos 2000 trabalhavam sob a ameaça de privatização, viram o perfil do banco mudar, tornando-se um dos principais executores das políticas públicas do governo federal. Com isso, os trabalhadores

passaram a ter sua importância um pouco mais reconhecida.

Uma das primeiras mudanças foi a ampliação do quadro de trabalhadores efetivos e a redução significativa dos terceirizados. Em 1998, eram menos de 56 mil empregados. Entre 2003 e 2014, a empresa aumentou em mais de 40 mil o número de efetivos. A marca de 100 mil trabalhadores foi alcançada no início de setembro. **“O contingente ainda está aquém do que consideramos ser necessário, porque o número de unidades da Caixa também cresceu. De 2.082, em 2002, chegamos a 4.012 agências e postos de atendimento no ano passado”**, lembra Fabiana Matheus, coordenadora da CEE/Caixa.



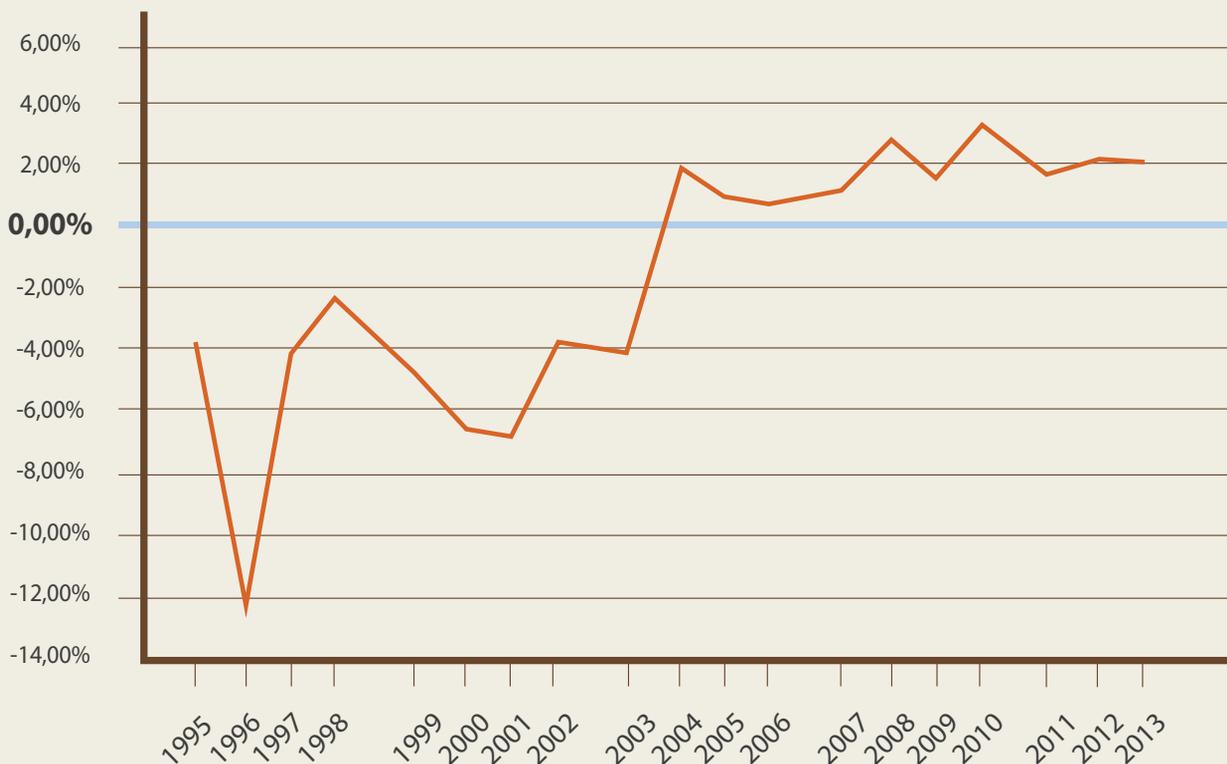
(*) Os demais bancos já tinham desde 1991

A reivindicação, segundo Fabiana, que também é diretora de Administração e Finanças da Fenae, é chegar aos 130 mil empregados até dezembro. **“Também lutamos por mais empregados por setor e por uma**

quantidade mínima de 20 por agência, medidas fundamentais para melhorar as condições de trabalho e reduzir o adoecimento da categoria”, acrescenta. No ano passado, eram 71,7 milhões de correntistas, 210% a mais que em 2002.

No aspecto econômico, a realidade no banco foi, por muitos anos, de índice zero de reajuste. De 1995 a 2003, o INPC totalizou 104,84%, enquanto os acordos salariais foram de apenas 28,26%. Assim como os demais trabalhadores do segmento bancário, os da Caixa tiveram aumento real desde 2003, todos os anos. Houve também valorização do piso, em torno de 38%. **“Temos que ressaltar também o fortalecimento das entidades que representam a categoria e a mesa única de negociação, historicamente defendida pelos trabalhadores e que se materializou a partir de 2004”**, acrescenta o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

REAJUSTE REAL DE SALÁRIOS



A partir de 2004, com a implantação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), os ganhos aumentaram. **“Antes, o banco possuía o Programa de Remuneração Vinculado ao Cumprimento de Metas (PRX), com uma distribuição injusta e que não contemplava os empregados com salários mais baixos”**, lembra o diretor de Cultura da Fena, Moacir Carneiro. A partir de 2010, uma nova conquista ampliou esse benefício: a instituição da PLR Social, com percentual de 4% do lucro líquido para ser distribuído linearmente entre todos os empregados.

Os empregados da Caixa tiveram, na última década, outras conquistas como a extinção da RH 008. Editada em 1998, época em que a empresa estava sendo preparada para a privatização, a norma ilegal permitia a demissão sem justa causa e foi utilizada como instrumento de ataques e perseguições a vários empregados pelo país. Há o registro de que, com base nesse normativo, cerca de 440 trabalhadores foram injustamente dispensados. A RH 008 foi extinta em 2003, e os empregados foram reintegrados.

Outros avanços foram a concessão de Apip (Ausência Permitida por Interesse Pessoal), cesta-alimentação para todos e parcelamentos

de férias para os novos empregados. Foi o início do processo de isonomia entre os trabalhadores da empresa, mas que ainda precisa ser concluído. Neste momento, a reivindicação principal é a concessão do ATS (Adicional por Tempo de Serviço) e da licença-prêmio.

Foi conquistada ainda a alteração na forma de custeio e democratização da gestão do Saúde Caixa, com a criação do Conselho de Usuários. Com isso, ficou assegurada a responsabilidade



da empresa na manutenção do plano e também a participação dos empregados no acompanhamento da qualidade dos serviços prestados. As mudanças foram implantadas em 2004 como resultado de negociações entre o movimento dos empregados e a Caixa, no âmbito de um grupo de trabalho paritário.

Foram obtidos também importantes avanços na gestão da Funcef, o fundo de pensão dos empregados, assegurando a eleição direta para escolha de 50% da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Também houve a criação do Novo Plano e o saldamento do REG/Replan. Na pauta de isonomia, porém, consta uma importante reivindicação: a imediata incorporação do REB ao Novo Plano.

O presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, avalia: **“Tivemos significativos avanços nos últimos 12 anos, fruto principalmente das mobilizações da categoria. Mas ainda há o que conquistar, sobretudo no que diz respeito às condições de trabalho. A Caixa**



é protagonista no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil. E para que isso continue é fundamental que os empregados sejam cada vez mais valorizados. A Caixa é um patrimônio de todos os brasileiros, e precisa continuar como tal”.

EMPREGADOS (POR UNIDADE)

ANO	EMPREGADOS	UNIDADES	EMPREGADOS (por unidade)
2003	57.382	2.126	27,0
2004	59.927	2.208	27,1
2005	68.257	2.346	29,1
2006	72.252	2.443	29,6
2007	74.949	2.496	30,0
2008	78.175	2.544	30,7
2009	81.306	2.566	31,7
2010	83.185	2.738	30,4
2011	85.633	2.869	29,8
2012	92.926	3.529	26,3
2013	98.198	4.012	24,5



A CAIXA TEM, HÁ MAIS DE 150 ANOS,
PAPEL RELEVANTE NOS RUMOS DO BRASIL

NOS ÚLTIMOS ANOS, TORNOU-SE PILAR
NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



AINDA HÁ NO QUE AVANÇAR,
MAS O CAMINHO JÁ ESTÁ TRAÇADO

POR UMA CAIXA AINDA MAIS FORTE!

ESSA É A CAIXA QUE A GENTE QUER!
ESSA É A CAIXA QUE O BRASIL PRECISA!

